

“O Parque Regional do Pantanal, o novo espaço institucional para uma gestão participativa dos recursos naturais”

Jean Phillipe Delorme

Dra. Niede Guidon

“Jean Phillipe Delorme trabalha na cooperação francesa.

Nós o convidamos para fazer essa palestra porque se trata de um projeto, de um convênio assinado entre a França e o IBAMA para tentar mudar um pouco a maneira de funcionamento dos parques nacionais. Eles estão trabalhando no Pantanal, já tenho recebido notícias de várias pessoas, de brasileiros que foram visitar, dizendo que essa ação já está tendo excelentes resultados porque estão trabalhando no sentido de assegurar a preservação do meio ambiente e vocês devem saber que para nós esse tema é extremamente importante, que por exemplo, na Serra da Capivara alguns dos problemas mais graves vêm justamente do desaparecimento de certos animais, a quebra da cadeia alimentar, animais que não têm mais predadores e que aumentam sem parar, como os cupins e certas vespas que fazem galerias e ninhos que cobrem as pinturas.

Este exemplo é excelente para aqueles que estão trabalhando na conservação do patrimônio cultural”.

“Obrigado

Sou Jean Phillipe, sou francês, vou tentar falar português.

Como a Niède falou, na verdade não vou falar da Arqueologia. Vou falar mais da preservação ambiental, da preservação da cultura, que não deixa de ser também um patrimônio ao mesmo título que a arte rupestre porque a natureza é um patrimônio comum e as pessoas que vivem nesse tipo de lugar criam um certo tipo de cultura que também é um patrimônio nosso.

Este trabalho foi desenvolvido aqui no Brasil, no quadro de uma cooperação entre o governo francês e o governo brasileiro mais especialmente entre as federações dos Parques Naturais Regionais da França e o governo do Mato Grosso do Sul, tentando utilizar os conceitos desenvolvidos durante os trinta anos de experiências das entidades dos Parques Regionais Franceses, tentando idealizar um referencial próprio, adaptado à realidade brasileira pois nosso objetivo não era simplesmente trazer o modelo francês para aplicar aqui no Brasil porque não iria funcionar visto que as realidades são totalmente diferentes.

Como eu falei para vocês, na verdade, a realidade francesa, a realidade administrativa francesa é totalmente diferente, a França não é um Estado Federal. A França é Estado, dividido em regiões, existem vinte e duas regiões. Noventa e cinco departamentos que correspondem a distritos aqui no Brasil e trinta e seis mil seiscentos e cinquenta e um municípios. Pode-se ver a diferença, no Brasil existem uns cinco mil municípios, acho que é por aí. Pode-se imaginar o tamanho desses municípios. É por isso que foi desenvolvido de

maneira muito rápida na França todo um trabalho para tentar organizar os municípios para fomentar e organizar um desenvolvimento local.

Foi desenvolvido na França uma série de medidas institucionais para tentar fazer uma descentralização eficiente das políticas públicas no território francês.

Esse trabalho sobre a organização dos municípios também era para tentar estudar como administrar porque há políticas públicas que um município não pode realizar sozinho. Quer dizer que é necessário se unir para poder aplicar os recursos através de uma política que seja eficiente.

Também esse trabalho foi feito para tentar adequar as políticas públicas às realidades locais, porque mesmo a França sendo um país pequeno você tem uma grande diversidade de situações. Uma política central não podia ser suficiente para alcançar e para resolver todas as problemáticas específicas que se pode encontrar na França.

Na verdade, foi criada uma série de ferramentas, com restrições de forma legal, com um conjunto de políticas públicas que criam uma série de instrumentos legais que são indicados por um município, em comunhão com outros municípios, para tentar agrupar, juntar todos esses pequenos municípios que não poderiam funcionar sozinhos de maneira eficiente.

Essas associações de municípios têm diferentes tipos de objetivos. Podem-se associar municípios simplesmente para implementação de políticas públicas setoriais como a coleta de lixo, o transporte escolar por exemplo. Mas existem outros tipos de associações de municípios que podem ter sido criadas para implementar políticas mais ambiciosas, isto é a política da gestão integrada do território.

Os parques naturais regionais franceses são unidades de conservação e também consórcios dos municípios que são criados com o objetivo de fazer uma gestão adaptada ao território maior quer dizer, não são só os pequenos territórios.

Na verdade esse trabalho foi desenvolvido na França, há trinta e cinco anos. Isso respondia à uma problemática específica como o mal do êxodo rural e do esvaziamento de boa parte do campo na França. Esse fato estava ligado ao desenvolvimento das grandes indústrias. Na verdade os povoados franceses foram fontes muito grandes da mão-de-obra para as indústrias que estavam localizadas na cidade. Isso gerou uma degradação de territórios frágeis, com uma transformação muito rápida das condições sociais e econômicas desses lugares.

Quando estou falando de território frágil, local frágil, esse frágil não é tanto do ponto de vista, unicamente biológico, como do ponto de vista da biodiversidade, mas também do ponto de vista das culturas locais que estavam se extinguindo por causa do despovoamento do campo.

Nos anos sessenta e oito, sessenta e nove o governo central percebeu o que precisava fazer; a vontade de imaginar um tipo de modalidade de gestão que podia reverter esse processo, que podia tentar desenvolver ações políticas adaptadas à esses territórios específicos. Então, foi criado, pelo Estado Central um sistema que criava a possibilidade, para as regiões e para os municípios, de se juntarem para idealizar, juntos, um projeto para esses territórios frágeis.

Este é um esquema do processo de criação de um parque natural regional. Existem diferentes níveis de decisão. Pode-se ter o nível local, quer dizer os municípios ou pode ser o nível regional que faz a proposta para os municípios se unirem para começar um trabalho desses. Mas, em geral, a região e departamentos dos municípios, se unem para a cooperação, para idealizar um projeto de desenvolvimento integrado para o território.

Estou falando de desenvolvimento integrado porque não é só no caso dos parques regionais franceses, o foco não é só a proteção do meio ambiente, mas a proteção e a valorização do meio ambiente e da cultura local. Quer dizer que somente um projeto de desenvolvimento integrado, que tem como foco tanto a preservação do meio ambiente como a preservação da cultura, tenta fixar o homem no local, criando um novo tipo de atividades econômicas que não sejam uma agressão para o meio ambiente. Quando, um processo interativo, demora um certo tempo (por exemplo na França, a média, o prazo médio para a definição do projeto do território que vai ser apresentado depois para aprovação do Estado é de quatro a cinco anos. É um processo demorado. Processo que precisa de tempo e que precisa de muito trabalho para a definição do projeto a nível da região, dos departamentos, dos municípios, é uma proposta que vem de baixo para cima, proposta que, mesmo feita pelo governo, vai analisar o projeto e definir se o mesmo merece o selo de qualidade de parque natural regional porque parque natural regional na verdade, tem um selo de qualidade conferido pelo Estado. Para um projeto, há um prazo definido: o prazo de dez anos, quer dizer que depois de dez anos os responsáveis precisam mostrar o resultado e precisam mostrar um novo projeto para mais dez anos, para receber, mais uma vez, o selo de qualidade de parque natural.

Em um processo que vai de baixo para cima, há também a política da adesão voluntária. Quer dizer que quando se começa um processo de criação de um parque desse tipo, se define um território. E todos os municípios, que tenham seus territórios englobados nesse todo são parceiros. O território final do parque, na verdade, é simplesmente o conjunto dos municípios que decidem aderir ao mesmo.

Nos parques franceses, há territórios de parques onde há buracos porque como a adesão é voluntária, existem municípios que não queriam aderir ao parque, que ficaram fora, que não assinaram o contrato com o instituto de gestão dos parques e que, simplesmente, ficam fora dez anos, podendo integrar o parque no futuro só depois de dez anos, quando vai ser definido o novo contrato, o novo projeto para o território. O processo de baixo para cima é a adesão voluntária.

A vocação dos parques na França é proteger artes naturais e culturais. Quer dizer que são muitos são territórios habitados. A França tem uma densidade de população bem maior que o Brasil e a maioria dos territórios na França são povoados. Então, a interação entre o meio e o homem é algo que é muito importante para essa concentração dos parques regionais, porque cada situação gera de certa maneira, uma cultura um pouco diferente. Na França, de vinte em vinte quilômetros, pode-se ver culturas diferentes, nas micro regiões: habitações diferentes, modos de culturas diferentes. É tudo isso que os parques regionais tentam preservar através do trabalho.

As missões são a proteção da bio-identidade, do resgate da cultura, principalmente o que é social; o que é fundamental é a formação do público. O desenvolvimento econômico e social é fundamental para a proteção da biodiversidade. Isso quer dizer que o patrimônio natural e o patrimônio cultural podem ser valorizados com muito cuidado, tentando desenvolver atividades que não sejam uma agressão nem para o meio ambiente, nem para o homem. É tudo isso que estamos tentando desenvolver no quadro desses parques regionais na França.

Esse projeto, na verdade, tem, na França, o formato de uma Carta Magna que contrata outros parceiros. Essa carta do parque é muito importante porque há um engajamento de cada uma das pessoas que vão assinar a carta. O Estado assina a carta, os municípios assinam a carta, as Regiões assinam a carta e as ONGS que participam da definição do projeto, também assinam a carta. É um contrato que define o projeto, as regras do jogo e os outros parceiros. Quer dizer que existe a obrigação de desenvolver juntos, um projeto que foi idealizado em conjunto. A definição e levantamento são compartilhados, o projeto também foi definido de maneira compartilhada. Isso é fundamental no processo porque mais para a frente, todos conhecem, de uma maneira muito clara, qual é o seu papel e quais são suas responsabilidades; são conscientes de que aceitaram essas responsabilidades de maneira totalmente natural, sabendo que assinou um contrato.

Na França, quando um tal projeto é apresentado ao Estado, depois desse trabalho de quatro a cinco anos, se apresenta o projeto para o Estado que vai fazer uma avaliação do mesmo e verificar se o projeto apresenta os critérios definidos. A comissão concorda em delimitar o parque, atribuir o selo do Estado para o consórcio dos Municípios por dez anos, para implementar esse trabalho. Há também uma série de financiamentos que estão ligados a esse selo de qualidade. Há uma classificação e a utilização da marca por dez anos e a renovação da autorização somente é dada se for mostrado, depois de dez anos, os resultados alcançados, porque na carta do parque, no projeto, constam diferentes objetivos que devem ser alcançados, deve-se verificar se foram alcançados, existem ferramentas para fazer a fiscalização e para verificar quais objetivos foram, realmente, alcançados. Depois de dez anos o primeiro relatório é apresentado ao Estado para demonstrar quais resultados foram alcançados, havendo a possibilidade do Estado fazer uma fiscalização externa para verificar o relatório que é apresentado pelo consórcio dos Municípios. Também é preciso, no mesmo momento, apresentar um novo projeto para dez anos para ter a renovação da patente, para a utilização do uso da patente da marca do Parque e todos os financiamentos à ela ligados,

porque a parte de financiamentos é fundamental. Não se pode fazer uma gestão de dez anos se não houver uma certa segurança, em relação ao financiamento.

Em cada parque, faz-se uma livre interpretação da marca global, colocando as cores que são específicas da região. Aqui temos seis marcas de seis parques diferentes e, cada um, escolheu um emblema um pouco diferente. Essa marca é importante porque em um trabalho que foi desenvolvido há poucos anos atrás, há cinco anos, seis anos, ela permite aos moradores, aos camponeses que trabalham dentro do parque, ter um valor agregado aos seus produtos, como um selo de qualidade. Esse selo de qualidade que está cedido pelo Estado para o consórcio dos Municípios, depois é cedido pelos consórcios aos produtores que se comprometerem a respeitar um caderno de especificações definidas pelo selo de qualidade. Resumindo, um parque é um projeto em um território definido, um projeto compartilhado na definição e na implementação, isso é fundamental e muito importante, é um contrato onde os parceiros é que definem as regras do jogo.

É muito importante o espaço institucional para integrar a ação de cada um. Acho que, hospedar a integração, é algo muito importante, porque uma gestão territorial, não é simplesmente a soma das ações de diferentes autores, mas é a multiplicação dessas ações. Multiplicação é a criação de outras ações. Por isso, é fundamental deixar espaços um pouco diferentes, onde não exista esse jogo de poder, onde se pode integrar as ações porque mais perto se está do campo, mais perto da implementação da ação, mais se pode integrar atores diferentes. Quer eles sejam institucionais ou que ele seja pessoa física. É preciso uma integração vertical e um resultado muito forte para se ter eficiência no campo. Se isso ficar na definição e isso ficar na fala, na verdade não se faz nada.

O resultado obtido no decurso de trinta anos é que a França tem quarenta e dois parques naturais regionais, que têm hoje em dia, uma superfície de mais ou menos doze por cento do território francês, com mais de três milhões de habitantes, mais de quatro mil municípios, o que significa que é um processo que contribui muito para a preservação da cultura e do meio ambiente. Eis a repartição desses parques no território francês.

Com base nesse conceito francês, baseados nessa forma de abordagem francesa, tentamos trabalhar em uma realidade brasileira muito específica que é o Pantanal sul-matogrossense. Aqui temos um mapa muito antigo do pântano do Brasil com a totalidade do Pantanal, na verdade não é só o Pantanal sul-matogrossense.

Então, esse trabalho foi desenvolvido em uma parceria entre o governo do Mato Grosso do Sul e a Federação dos Parques Naturais Regionais Franceses, com o objetivo de apoiar a implementação de uma política de preservação e de valorização dos recursos naturais e culturais do Pantanal, ao mesmo tempo em que se estabelecia um programa de cooperação. O pedido do governo do Mato Grosso do Sul foi: “Vamos tentar trabalhar, fazer uma descentralização verdadeira. Vamos tentar trabalhar juntos com a cooperação.”

Esta é a localização dentro do Pantanal, mais ou menos por aqui é o rio Piquiri, o limite entre o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul. Este é o território do Parque em estudo, é o território em que estamos trabalhando. A parte verde mais escura é a parte alta da Bacia do Paraguai e a parte verde mais clara é a parte Baixa da Bacia do Paraguai que é, verdadeiramente, o Pantanal.

A verdade é que aqui no Brasil, quando se usa a palavra criar o Parque, (eu tive essa grande dificuldade no começo, porque o projeto se chamava Projeto de Apoio de Criação do Parque Natural Regional do Pantanal), então quando eu chegava e começava a falar do Parque, para falar para as pessoas que queria um apoio participativo, era meio complicado se entender por parte das pessoas. É por isso que estou, na minha apresentação, para o público brasileiro falando primeiro: “Bom, é um Parque, mas é um pouco específico porque o Parque está criado a pedido da cooperação local. Porque, na verdade, esse projeto aconteceu porque uma parte da cooperação do Pantanal pediu para o Estado um trabalho desse gênero. É por isso também que a Federação dos Parques da França aceitou e me designou para trabalhar junto com o governo do Mato Grosso do Sul.”

A criação pelo Estado ou à pedido de pessoas ou entidades dizendo-se voluntárias tem, por obrigação, dar resultados. Como no caso dos Parques franceses, no Brasil, a modalidade de gestão por área, é gestão compartilhada. Explicarei também porque a adesão voluntária é importante no quadro do Pantanal. No quadro do conceito francês, são os municípios que são a pedra fundamental, que são o tijolo da base para criar o território do Parque. No quadro do Pantanal foi uma escolha um pouco diferente, foi o começo da adaptação do conceito francês. Não era possível trabalhar diretamente com os Municípios. Noventa e nove por cento do território do Pantanal é propriedade privada, são fazendas grandes, entre cinco mil, dez mil hectares em locais isolados e os Municípios estão formando as costas do Pantanal, porque estão se concentrando totalmente nos perímetros urbanos. O Pantanal tem de zero a três habitantes por quilômetros quadrado, isto é, poucos eleitores. Então, todas as políticas dos municípios são centradas nos perímetros urbanos. Isto significa que o Pantanal não recebia nada do Estado. Por essa razão, decidimos, no início do projeto, trabalhar diretamente com os proprietários, tentando não incluir os Municípios no quadro político setorial. Isso foi algo um pouco complicado.

No início do trabalho foi delimitado simplesmente, como no caso da França, um território em estudo para definir um limite que respeitasse, ao máximo, as realidades ambientais e as realidades culturais. Só a mistura dos dois critérios permitiu definir o limite desse território em estudo.

Para conseguir a participação é necessário saber quais são as pessoas que estão vivendo nesse lugar e o que eles estão fazendo. Foi feito, no primeiro momento, na primeira fase do projeto, um diagnóstico institucional para saber quem eram as pessoas que viviam lá e o que eles estavam fazendo. Essa primeira fase foi fundamental para começar a difundir a idéia do

projeto e também para começar a organizar a operação, porque num território desses não existia nenhuma instituição que representasse as pessoas.

O trabalho que fizemos no Pantanal, parcialmente, coincide com o feito na França. Ao ter que criar um Parque você precisava criar os Municípios. Mais ou menos foi isso que foi feito. Então, foi um trabalho muito importante, um trabalho que nos ajudou muito para, a seguir, desenvolver o projeto. Foi mais ou menos o trabalho de um ano, um ano e meio para tentar começar a fazer isso em cento e três associações micro-regionais. Hoje em dia há cinco associações micro-regionais que representam todas as regiões do Pantanal. Esse território em estudo, que já citei, tem quatro mil hectares.

Depois dessa primeira fase de organização dos executores para não trabalhar com atores separados, cada um com seus próprios pedidos, as próprias estratégias pessoais, juntamos as associações micro-regionais numa instituição maior que se chama Instituto do Parque do Pantanal do qual participam não somente as associações micro-regionais, mas também os representantes dos Municípios, representantes do Estado e representantes de organismos federais como a Embrapa e o IBAMA.

No quadro do conselho de administração do Instituto do Parque do Pantanal, que é o órgão gestor do Parque, todos os diferentes setores da sociedade, ou seja, a sociedade civil organizada e as instituições públicas, estão representadas, para tentar criar esse famoso espaço de integração, esse espaço público numa estatal onde todos os autores passam trabalhar juntos no espaço natural. Criamos esse instrumento para integrar todos os parceiros e para começar a definir, em conjunto, as diferentes ações a serem desenvolvidas depois dessa primeira fase, de identificação dos atores e organização dos executores, a segunda fase é a integração do executor, e a terceira fase a definição do projeto. Na verdade estou fazendo uma divisão um pouco caricatural, porque na verdade em cada uma das etapas descritas já tinha sido começado o trabalho de definição do projeto. É clara então, a construção de uma visão e não um levantamento de elementos físicos.

Definição para definir estratégias são ações-piloto. Porque no quadro de um trabalho desses, especialmente quando se trabalha no campo, é fundamental a parte filosófica, além de criar situações interessantes para as pessoas, que estão relacionadas com os problemas da realidade dessas pessoas é necessário obter um resultado concreto. Todos querem saber, querem ter algo que seja palpável, que demonstre para elas, qual o interesse de fazer um tal trabalho. Então no quadro desse trabalho de criação, também foram desenvolvidas algumas ações-pilotos para demonstrar às pessoas o que podemos fazer juntos com um tal instrumento e, para começar também a definir a modalidade de funcionamento, porque é só fazendo, que se pode começar a definir o modo de trabalho. Essa foi uma parte muito importante do trabalho: desenvolver ações-pilotos no quadro do processo de criação.

Consolidação é a fase atual, que é mais de finalização, do trabalho. Foi um trabalho muito importante para a instituição. Primeiro, para consolidar e para poder ter mais abertura, mais possibilidades junto às instituições públicas,

pleiteamos o reconhecimento do Instituto do Parque do Pantanal porque o reconhecimento, a organização da cidade é do interesse público, a sociedade civil é do interesse público, abre possibilidades, há uma organização para fechar parcerias com os Estados, com instituições públicas, para desenvolver parte das políticas públicas. Então, foi feito esse reconhecimento com o município e foi feito todo um trabalho a respeito do financiamento do instituto. Porque eu acho que essa parte do financiamento é algo fundamental e o planejamento que consta na carta do parque, é um planejamento para cinco anos. Dez anos na França e aqui no Brasil por enquanto são cinco anos. Mas, não se faz um planejamento para cinco anos se não tem se uma certa segurança de elaboração ou de orçamento.

Na carta do parque constam os objetivos, um plano de trabalho quinquenal e os orçamentos; cada um dos parceiros vai assinar a carta do parque com um contrato para assegurar o orçamento para esses cinco anos e os diferentes projetos setoriais que estão sendo desenvolvidos. Então, trabalhamos para tentar diversificar ao máximo as fontes de financiamentos, porque não se pode depender simplesmente de uma fonte de financiamento, porque às vezes há parceiros que não conseguem manter os contratos. Não conseguem, na verdade, financiar aquilo que iam financiar. Então, tentamos multiplicar ao máximo todos os financiamentos, todas as fontes de financiamentos possíveis para diminuir os riscos de simplesmente precisar fechar o projeto e fechar o parque. Temos termos de parceria que são permitidos pelo município, ou pelo Estado, o governo do Mato Grosso do Sul e o Ministério da Agricultura e Abastecimento, acordos a nível internacional para desenvolver alguns projetos setoriais, gestão e a abertura do projeto para terceiros, quer dizer que há um projeto maior no qual estão terceirizando uma parte da gestão para o parque do Pantanal, que está prestando serviços. Temos essa capacidade, essa possibilidade de prestar serviços para terceiros, a renúncia fiscal é já está sendo trabalhada para que uma parte do INSS gerado pelos produtos do parque seja devolvido ao parque, por enquanto ainda está sendo votada, não saiu ainda, mas estamos trabalhando firme em cima disso, para tentar conseguir essa nova fonte de financiamento. Há um selo de qualidade, uma marca do parque do Pantanal, que também está sendo desenvolvida e cujos primeiros resultados podem demorar dez anos para serem visíveis. Daqui a oitos anos o parque vai poder ter, através do uso da marca do Parque do Pantanal e de um sistema de patentes, um outro financiamento de sessenta por cento dos custos fixos da estrutura, o que é muito interessante.

Como estava falando, essa marca do Parque Regional do Pantanal, que está sendo testada hoje em um produto que é o vitelo orgânico do Pantanal e que permite, hoje em dia, ter uma pecuária extensiva no Pantanal. Houve uma transformação do sistema de criação, que estava gerando um impacto enorme sobre o meio ambiente. Através desse trabalho conseguimos agregar valor ao produto, vendendo, na verdade, a preservação e vendendo qualidade. São as duas coisas que estamos vendendo através da marca do parque e conseguimos agregar cinquenta por cento do valor a mais nesse produto, o que é um resultado muito interessante.

Nesse sistema da marca do parque do Pantanal, há um sistema de patentes: que são as associações de produtores que recebem a marca do parque após apresentar um conjunto de especificações muito claras, submetidas a muitos sistemas de fiscalização para evitar que irregularidades aconteçam. Seis associações retornaram cinco por cento do que conseguiram com seus produtos comercializados, da quantidade comercializada, para o Instituto do Parque do Pantanal. Esse mecanismo vai permitir, daqui a alguns anos, ter outro financiamento, de mais sessenta por cento da estrutura para a manutenção do Parque do Pantanal. Isso é interessante. Difícil vai ser trabalhar, porque é um processo que, às vezes, as pessoas não entendem muito bem, mas é muito promissor.

Hoje em dia, como já disse, o parque do Pantanal ainda é um processo de visão voluntária visível nas fazendas que já fazem parte do território do Parque. O território em estudo do Parque, que na verdade é a extensão máxima possível do parque no futuro. Por enquanto estamos trabalhando somente com essa quantia de fazendas, que já aderiram ao projeto, que participam da gestão e da idealização dos projetos e que representam hoje um milhão e duzentos e cinquenta mil hectares de superfície. O máximo possível de ser alcançado são quatro milhões de hectares. Estamos tentando alcançar esse número, mas o resultado obtido em cinco anos é razoável.

Então, para explicar porque estamos reunidos aqui, para falar da proteção do patrimônio quer ele seja natural ou cultural, que seja arte rupestre, acho que existem algumas condições que são fundamentais. Acho que sem participação não há possibilidades de proteção do patrimônio. Isso é totalmente impossível especialmente na realidade brasileira onde existe um espaço enorme e muito difícil de ser fiscalizado. A fiscalização, no quadro do Brasil, seria bem mais cara na verdade e não seria rentável, não seria viável para um país deste tamanho. Acho que a participação é fundamental e, se não houver participação, e a educação que é fundamental porque as pessoas precisam perceber o valor do que elas têm e também o valor da parceria, de trabalhar juntos. Porque aqui no Brasil há um comportamento muito individualista. Esse trabalho de gerar parcerias é algo que precisa ser desenvolvido tanto com a consciência como com a visão do valor do patrimônio.

A valorização é fundamental também porque deve-se levar em consideração os patrimônios como recurso também. Mas, como recurso que pode trazer um certo tipo de desenvolvimento econômico. Se se consegue passar isso para as pessoas, também é um fator que ajuda muito para que elas dêem valor para os elementos do patrimônio; o valor monetário é importante. É preciso bem enquadrar esse tipo de valorização, mas acho que é também um elemento fundamental. As pessoas que estão com fome, precisam ver algo no horizonte, senão é complicado. Importante a integração dos autores das ações, porque também é fundamental somar, é fundamental ter essa energia conjugada das pessoas, porque acontece muito, não só no Brasil, acho que na França também muito, ações verticais. Deve haver interação de diferentes instituições encarregadas de uma gestão desse tipo. Mais perto se está do campo, mais perto da área, mais se precisa dessa capacidade de integração.

E, por último, algo que é extremamente interessante porque define uma regra do jogo, é definir o quadro no qual os atores vão colaborar.
Obrigado.”

* O texto da conferência não foi corrigido pelo autor.